

**AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.543 - RJ  
(2019/0197366-2)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : CONCESSIONARIA REVIVER S.A**  
**ADVOGADO : FELIPE BUENO SIQUEIRA - RJ217828**  
**AGRAVADO : ANTONIO FERNANDO GOMES BARBOSA**  
**ADVOGADOS : THIAGO LIMA NUNES DA COSTA - RJ162443**  
**ADRIANA SILVA DE MOURA - RJ171917**  
**TÁSSIA MARIANA NEVES DE FARIAS SANDES E OUTRO(S)**  
**- RJ182976**

### **DECISÃO**

Em vista das razões do agravo interno (e-STJ, fls. 609-616), reconsidero a decisão proferida pela Presidência desta Corte Superior, que não conheceu do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 590-591), e passo à sua análise.

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 315):

APELAÇÃO CÍVEL.

AÇÃO DECLARATÓRIA.

TARIFA DE ADMINISTRAÇÃO CEMITERIAL.

Autor comprovou ter adquirido o direito de uso perpétuo de carneiro em cemitério público concedido à Ré.

Afirma que o Decreto que instituiu a contraprestação não o atinge por ter seu ato aquisitivo se aperfeiçoado antes.

Entendimento majoritário deste Tribunal de Justiça, recentemente aplicado em tutela de urgência em Ação Coletiva.

Reforma da sentença para declarar que o ato normativo não produz efeitos em relação ao Demandante.

PROVIMENTO DO RECURSO.

Opostos embargos de declaração, esses não foram providos (e-STJ, fls. 399-402).

Nas razões de recurso especial, alega a ora agravante violação dos arts. 489, § 1º, V, e 1.022, parágrafo único, II, do Código de Processo Civil de 2015.

Sustenta ausência de fundamentação do acórdão recorrido, pois "se restringiu a invocar precedente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, sem, contudo,

fazer o chamado cotejo analítico, ou seja, demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta aos fundamentos invocados nos precedentes citados" (e-STJ, fl. 411), baseando-se em decisão revogada.

Requer, outrossim, a nulidade do acórdão recorrido por negativa de prestação jurisdicional.

Contrarrazões às fls. 473-480 (e-STJ), pelo não provimento do recurso especial.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 511-513 (e-STJ).

Contraminuta às fls. 560-562 (e-STJ).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

No que se refere à apontada ofensa aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, não observo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, senão julgamento contrário aos interesses do recorrente, o que não autoriza, por si só, o acolhimento de embargos de declaração nem sua rejeição importa em violação à sua norma de regência. Esclareça-se que não se exige do julgador a análise de todos os argumentos das partes, para fins de convencimento e julgamento.

Para tanto, basta o pronunciamento fundamentado acerca dos fatos controvertidos, o que se observa no presente caso, em que os motivos da decisão encontram-se objetivamente fixados nas razões do acórdão recorrido.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

(...)

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

4. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Ministro OG FERNANDES, CORTE ESPECIAL, julgado em 15.6.2016, DJe 3.8.2016.)

Ademais, quanto à declaração de inexigibilidade da tarifa de manutenção, verifica-se que o acórdão recorrido fundou-se nas disposições dos arts. 141 a 143, do Decreto n. 39.094/2014, do Município do Rio de Janeiro.

Extrai-se do acórdão ora impugnado (e-STJ, fl. 317):

A controvérsia destes autos cinge-se à possibilidade de cobrança de tarifa de manutenção instituída pelo Decreto nº 39.094/2014 do Município do Rio de Janeiro:

“Art. 141 As administrações dos cemitérios públicos deverão cobrar dos titulares do direito de uso perpétuo ou temporário sobre sepulturas uma tarifa anual, conforme o caso, destinada à administração, manutenção e conservação do cemitério, bem como à remuneração dos serviços gerais prestados pela respectiva concessionária.

Parágrafo único. A taxa de manutenção dos cemitérios particulares continua regulamentada pelos arts. 11 e 18 do Decreto-Lei n 88/1969.

Art. 142 Cessará o direito de uso da sepultura em caso de inadimplência do pagamento das tarifas de manutenção por período superior a 03 (três) anos consecutivos ou 6 (seis), alternados, seja em cemitérios públicos ou privados.

Art. 143 O Poder Público ou a respectiva concessionária cuidará de limpar e conservar, por sua conta, os túmulos ou sepulturas consideradas concessões perpétuas de uso de interesse de preservação, desde que tenha sido extinta a linha sucessória ou, se existirem sucessores, caso eles não se desincumbam do encargo”.

O Autor ingressou em Juízo narrando ser titular do direito real e não

pode o Decreto produzir efeitos em relação a ele sob pena de violação ao ato jurídico perfeito.

Assim, a revisão da conclusão tomada pelo Tribunal de origem, na via estreita do recurso especial, encontra óbice no enunciado n. 280 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - PREVI-RIO. AUXÍLIO-FUNERAL DEVIDO. DECRETO MUNICIPAL 27.613/2007. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. A Corte local reconheceu que a autora faz jus ao auxílio-funeral, previsto no art. 5º do Decreto Municipal 27.613/2007, desde que comprovadas as despesas efetuadas.

II. Inviável, assim, o conhecimento do Recurso Especial, em face do óbice da Súmula 280/STF ("por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário"), aplicada por analogia.

III. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 247.862/RJ, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18.2.2016, DJe 29.2.2016)

PROCESSUAL CIVIL. SERVIÇO DE TRANSPORTE MUNICIPAL. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. ANÁLISE DE DIREITO LOCAL. SÚMULA 280/STF. OFENSA A PRECEITO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME EM SEDE ESPECIAL.

1. A controvérsia acerca dos critérios de concorrência para transporte público no município agravado foi dirimida no âmbito da legislação local (Decreto municipal n. 31.052/09 e Lei municipal n. 3.360/02).

2. O exame de normas de caráter local é inviável na via do recurso especial, em virtude da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

3. A apreciação de suposta violação a preceitos constitucionais não é

# *Superior Tribunal de Justiça*

possível na via especial, nem a guisa de prequestionamento, por ser matéria reservada pela Carta Magna ao Supremo Tribunal Federal.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 519.969/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 5.8.2014, DJe 13.8.2014)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de concessão de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora